



**SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – UEG  
COORDENADORIA DE ENSINO – COE  
COORDENAÇÃO DE ENSINO PRESENCIAL E DE PÓS-GRADUAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**MARCO ANTONIO LEMES CRUZ**

**SAÚDE MENTAL EM PERÍCIA FORENSE DIGITAL: IMPACTOS DA EXPOSIÇÃO A  
EVIDÊNCIAS CRIMINAIS NA POLÍCIA CIENTÍFICA DE GOIÁS**

**GOIÂNIA – GO**

**2025**



MARCO ANTÔNIO LEMES CRUZ

## **SAÚDE MENTAL EM PERÍCIA FORENSE DIGITAL: IMPACTOS DA EXPOSIÇÃO A EVIDÊNCIAS CRIMINAIS NA POLÍCIA CIENTÍFICA DE GOIÁS**

Artigo apresentado como exigência parcial para conclusão do Curso de Especialização em Altos Estudos de Segurança Pública - CAESP, pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás - SSP e pela Universidade Estadual de Goiás - UEG, sob a orientação do Prof. Dr. Rodrigo Tapia Passos de Oliveira.

GOIÂNIA – GO

2025

## SAÚDE MENTAL EM PERÍCIA FORENSE DIGITAL: IMPACTOS DA EXPOSIÇÃO A EVIDÊNCIAS CRIMINAIS NA POLÍCIA CIENTÍFICA DE GOIÁS

### MENTAL HEALTH IN DIGITAL FORENSICS: IMPACTS OF EXPOSURE TO CRIMINAL EVIDENCE AT THE SCIENTIFIC POLICE OF GOIÁS

Aluno (a)<sup>1</sup>: Marco Antônio Lemes Cruz

Orientador (a)<sup>2</sup>: Professor Doutor Rodrigo Tapia Passos de Oliveira

**Resumo:** O presente estudo investiga a saúde mental dos peritos criminais do Laboratório de Informática Forense (LINF) da Polícia Científica de Goiás (PCI-GO), considerando que estes profissionais enfrentam exposição rotineira a conteúdos altamente perturbadores, incluindo material relacionado a abuso sexual infantil, violência e outros crimes graves. O objetivo geral consiste em subsidiar uma proposta de intervenção institucional específica para a promoção do bem-estar psicológico destes peritos, identificando fatores organizacionais e individuais que influenciam sua saúde mental. A metodologia adotada baseia-se em pesquisa qualitativa, de natureza documental e bibliográfica e incorpora a observação participante como método qualitativo adicional. Os resultados demonstram que investigadores expostos a material traumático apresentam risco elevado de desenvolver sintomas psicológicos adversos. O estudo propõe intervenções institucionais específicas para proteção e promoção da saúde mental destes profissionais.

**Palavras-chave:** Saúde Mental; Peritos Criminais; Evidências Digitais; Estresse Traumático Secundário; Burnout.

**Abstract:** This study investigates the mental health of criminal experts at the Forensic Informatics Laboratory (LINF) of the Scientific Police of Goiás (PCI-GO), considering their routine exposure to highly disturbing content, including material related to child sexual abuse, violence, and other serious crimes. The general objective is to substantiate a proposal for a specific institutional intervention aimed at promoting the psychological well-being of these experts by identifying organizational and individual factors influencing their mental health. The methodology is based on qualitative research, utilizing documentary and bibliographic analysis, and incorporates participant observation as an additional method. The results demonstrate that investigators exposed to traumatic material are at high risk of developing adverse psychological symptoms. Consequently, the study proposes specific institutional interventions for the protection and promotion of these professionals' mental health.

**Keywords:** Mental Health; Criminal Experts; Digital Evidence; Secondary Traumatic Stress; Burnout.

---

<sup>1</sup> Perito Criminal na PCI-GO, pós-graduando em Psiquiatria pelo Albert Einstein Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa.

<sup>2</sup> Perito Criminal na PCI-GO, doutor em Direitos Humanos, professor do Curso de Pós-Graduação de Especialização em Altos Estudos de Segurança Pública.

## 1. INTRODUÇÃO

Diferentemente de outras áreas da perícia criminal, onde a exposição a cenas de crime ocorre de forma pontual e limitada no tempo, os peritos que atuam com evidências digitais frequentemente precisam visualizar, categorizar e analisar extensas quantidades de material relacionado a crimes graves, incluindo abuso sexual infantil, violência extrema, homicídios e outras modalidades criminosas que deixam registros audiovisuais.

A delimitação temática desta pesquisa concentra-se especificamente na saúde mental dos peritos criminais que atuam no Laboratório de Informática Forense (LINF) da Polícia Científica do Estado de Goiás (PCI-GO). A análise abrange o período contemporâneo, considerando as transformações ocorridas nos últimos anos com a intensificação do uso de tecnologias digitais em atividades criminosas e o consequente aumento da demanda por perícias forenses digitais.

A problemática central que orienta esta investigação pode ser formulada nos seguintes termos: como a exposição rotineira a evidências digitais de crimes pode impactar na saúde mental dos peritos criminais do LINF, considerando os fatores organizacionais e individuais que influenciam seu bem-estar psicológico? Este questionamento principal desdobra-se em indagações complementares que buscam compreender quais são os principais fatores de risco ocupacionais específicos desta atividade, qual é a adequação das políticas institucionais de suporte psicológico disponíveis, quais fatores organizacionais podem atuar como elementos protetivos ou de risco, e como os achados da literatura científica podem iluminar a compreensão desta realidade no contexto do LINF.

Recentemente, Campos (2024) conduziu o primeiro estudo empírico abrangente sobre saúde mental e qualidade de vida dos servidores da PCI-GO, aplicando questionário estruturado a 132 profissionais entre peritos criminais, médicos-legistas, auxiliares de autópsia e fotógrafos criminalísticos. Esta pesquisa pioneira revelou dados epidemiológicos preocupantes sobre a prevalência de transtornos mentais nesta população, estabelecendo baseline importante para compreensão dos desafios enfrentados por profissionais da perícia criminal goiana.

Contudo, o estudo de Campos (2024), embora abrangente, não diferenciou os impactos específicos sobre as diversas especialidades periciais. Peritos que atuam com análise de locais de morte violenta, médicos-legistas e peritos que examinam evidências digitais de crimes enfrentam

exposições distintas a conteúdos potencialmente traumáticos, demandando investigações específicas. Esta lacuna justifica o presente estudo, focado exclusivamente nos peritos do LINF.

Diante deste cenário, o objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar os impactos da exposição rotineira a evidências digitais de crimes na saúde mental dos peritos criminais do LINF. O objetivo específico é propor intervenções institucionais específicas para proteção e promoção da saúde mental destes profissionais. Do ponto de vista metodológico, esta investigação adota abordagem qualitativa. A pesquisa classifica-se como bibliográfica e documental, com incorporação da observação participante como método qualitativo central. Epistemologicamente, adota-se o método hipotético-dedutivo, partindo de hipóteses fundamentadas na literatura para deduzir consequências que possam iluminar a compreensão da realidade dos peritos do LINF e, com isso, subsidiar uma proposta de intervenção institucional.

Este artigo está estruturado em seis seções. Após esta introdução, o texto apresenta a revisão da literatura, detalha a metodologia e discute os resultados. Em seguida, propõe intervenções institucionais e encerra com as considerações finais, que sintetizam os achados do estudo.

## **2. REVISÃO DA LITERATURA**

A fundamentação teórica desta pesquisa ancora-se em um corpus significativo de literatura que investiga os impactos psicológicos sobre profissionais que trabalham com material traumático em contextos forenses e de segurança pública.

### **2.1 Estresse Traumático Secundário e Fadiga por Compaixão em Contextos Forenses**

O conceito de estresse traumático secundário, inicialmente desenvolvido por Charles R. Figley na década de 1990, refere-se aos sintomas de estresse emocional experimentados por indivíduos que são expostos indiretamente ao trauma através de seu trabalho com vítimas traumatizadas ou com evidências de eventos traumáticos.

Para os peritos criminais digitais, essa exposição indireta acontece pela visualização repetida e prolongada de evidências de crimes muito graves. Em uma das investigações pioneiras sobre o tema, Krause (2009) focou em investigadores de pornografia infantil e observou que esses

profissionais têm alto risco de desenvolver sintomas semelhantes ao Transtorno de Estresse Pós-Traumático.

Perez et al. (2010) expandiram significativamente esta compreensão ao examinar tanto o estresse traumático secundário quanto o *burnout* em investigadores expostos a imagens perturbadoras. Os resultados revelaram que porcentagens substanciais dos investigadores apresentavam indicadores de bem-estar psicológico comprometido, com maior exposição a material perturbador correlacionando-se com níveis mais elevados de estresse traumático secundário e cinismo e que o suporte social e organizacional constituía fator protetor importante. O estudo também revelou correlações preocupantes entre sintomas de estresse e intenções de abandonar a carreira.

Strickland et al. (2023) conduziram análise fenomenológica interpretativa das experiências pessoais de analistas forenses digitais britânicos que trabalham diariamente com material de abuso sexual infantil. O estudo identificou três temas centrais nas experiências dos analistas: a impossibilidade de "desconhecer" o que foi visto, com os profissionais relatando mudanças permanentes em sua visão de mundo e nas relações interpessoais; a luta constante para descomprimir após o trabalho, com dificuldades para estabelecer fronteiras psicológicas entre vida profissional e pessoal e as oscilações emocionais inerentes à função, incluindo sentimentos de raiva em relação aos perpetradores, tristeza pelas vítimas e frustração com limitações do sistema de justiça.

A dissertação de Whelpton (2012), focada nos examinadores forenses que analisam pornografia infantil, identificou padrões consistentes de impacto emocional. Os participantes relataram que, para continuar funcionando profissionalmente, precisavam desenvolver um mecanismo de distanciamento emocional, quase uma "desumanização". O paradoxo é que esse distanciamento, embora necessário para o trabalho, frequentemente os fazia sentir culpa e questionar a própria humanidade. Um dos achados mais preocupantes foi o impacto disso nas relações familiares: o autor descobriu que vários participantes tinham dificuldade em interagir naturalmente com crianças, incluindo seus próprios filhos, o que mostra como essa exposição no trabalho afeta dimensões fundamentais da vida pessoal.

## **2.2 Bem-Estar Psicológico em Investigadores de Crimes Digitais**

Tehrani (2018) e colaboradores conduziram estudo com investigadores de abuso infantil, examinando especificamente a relação entre capacidade de trabalho e bem-estar psicológico. Os resultados revelaram correlações significativas entre baixa percepção de capacidade laboral e sintomas de ansiedade, depressão e trauma primário. Particularmente relevante foi a constatação de que fatores organizacionais, como clareza de papéis, suporte gerencial e reconhecimento profissional, exerciam influência substancial sobre a capacidade percebida de trabalho e, conseqüentemente, sobre o bem-estar psicológico. Investigadores que percebiam ter controle sobre suas cargas de trabalho, que se sentiam apoiados por suas lideranças e que experimentavam reconhecimento por seu trabalho apresentavam melhores indicadores de saúde mental, independentemente do volume de exposição a material perturbador.

Mitchell et al. (2023), em estudo abrangente sobre saúde mental e bem-estar subjetivo de investigadores e examinadores forenses que examinam material de abuso sexual infantil, apresentaram achados que desafiam algumas pressuposições prevalentes na área. Os autores constataram que fatores como autonomia no trabalho, controle sobre a carga de casos, disponibilidade de programas de bem-estar e qualidade do suporte organizacional eram preditores mais robustos de bem-estar do que medidas diretas de exposição ao material. Este achado possui implicações profundas para o desenvolvimento de estratégias de proteção, sugerindo que intervenções organizacionais podem ser mais efetivas do que simplesmente limitar a exposição.

Gewirtz-Meydan et al. (2023) introduziram perspectiva inovadora ao examinar especificamente sintomas de estresse pós-traumático sexual entre investigadores de material de abuso sexual infantil. Os resultados indicaram que sintomas de estresse pós-traumático sexual eram prevalentes nesta população e associavam-se a impactos significativos no bem-estar geral e nas relações íntimas.

Duran e Woodhams (2022) conduziram investigação qualitativa sobre o impacto de material traumático em profissionais em funções analíticas e investigativas secundárias em contextos de justiça criminal. Os achados revelaram que a imersão completa nos detalhes de crimes graves, necessária para análises competentes, expõe estes profissionais a níveis de conhecimento sobre crimes que podem ser psicologicamente custosos.

### **2.3 Fatores Organizacionais como Elementos Protetivos e de Risco**

Mitchell et al. (2023) identificaram que programas de bem-estar efetivos, suporte gerencial de qualidade, autonomia no trabalho e oportunidades de desenvolvimento profissional estavam consistentemente associados a melhores desfechos de saúde mental. Particularmente significativo foi o achado de que a percepção de controle sobre o próprio trabalho, incluindo capacidade de fazer pausas quando necessário, escolher a ordem de análise de casos e ter voz nas decisões que afetam sua carga de trabalho, emergia como um dos preditores mais fortes de bem-estar.

Wescott et al. (2022) conduziram survey com forças-tarefa de crimes contra crianças na internet nos Estados Unidos, examinando práticas e políticas de bem-estar. O estudo identificou que agências com programas estruturados de bem-estar apresentavam menores taxas de rotatividade de pessoal e maiores níveis de satisfação profissional, fornecendo evidência adicional da importância de investimentos organizacionais em saúde mental.

Redmond et al. (2023) apresentaram perspectiva complementar ao examinar como policiais e funcionários envolvidos em investigações de abuso e exploração sexual infantil poderiam ser protegidos. Um achado particularmente relevante foi o reconhecimento pelos profissionais de que períodos de descanso e rotação são necessários, mas que frequentemente evitam solicitar tais acomodações por temerem ser percebidos como não suficientemente resilientes. Este achado aponta para necessidade de mudanças culturais organizacionais que legitimem e normalizem o autocuidado.

## **2.4 Estigma e Barreiras Culturais na Busca por Ajuda Psicológica**

Uma dimensão crítica, porém, frequentemente subestimada, dos desafios enfrentados por profissionais de segurança pública em relação à saúde mental refere-se às barreiras culturais e ao estigma associado à busca por ajuda psicológica. Edwards e Kotera (2021a) conduziram investigação qualitativa sobre o estigma em relação à saúde mental na força policial britânica. Os achados revelaram que a cultura policial, historicamente caracterizada por valorização de força, resiliência e invulnerabilidade, cria ambiente onde admitir dificuldades psicológicas é percebido como sinal de fraqueza. Participantes relataram temer consequências negativas para suas carreiras caso revelassem estar enfrentando problemas de saúde mental, incluindo preocupações sobre ser considerado inapto para o trabalho, perder oportunidades de promoção ou ser estigmatizado por colegas. Particularmente problemático é o fenômeno da "masculinidade tóxica" institucionalizada,

tornando especialmente difícil para homens, que constituem maioria nas forças de segurança, expressar vulnerabilidade emocional. Edwards e Kotera (2021b) identificaram que mesmo quando serviços de apoio psicológico estavam disponíveis, muitos profissionais evitavam utilizá-los por medo de julgamento.

Edwards e Kotera (2021a), em estudo fenomenológico sobre as experiências vividas de analistas forenses digitais britânicos investigando abuso sexual infantil online. Os participantes descreveram processo constante de gerenciamento de impressões, onde minimizavam publicamente os impactos enquanto privadamente lutavam com consequências emocionais significativas. Esta dinâmica sugere que o estigma não apenas impede busca inicial por ajuda, mas pode perpetuar ciclos de sofrimento que se tornam progressivamente mais difíceis de interromper.

A literatura revisada demonstra consistentemente que os impactos psicológicos sobre peritos e investigadores que trabalham com evidências digitais de crimes são reais, significativos e multifacetados. Embora a exposição a material traumático seja fator de risco importante, os achados indicam que fatores organizacionais e culturais exercem influência determinante sobre o bem-estar destes profissionais.

### **3. METODOLOGIA**

Esta pesquisa adota abordagem qualitativa, caracterizada pela busca de compreensão aprofundada e interpretativa dos fenômenos investigados. Quanto aos procedimentos técnicos, a investigação classifica-se como pesquisa bibliográfica e documental.

Complementarmente à pesquisa bibliográfica e documental, este estudo incorpora a observação participante como método qualitativo central. O autor deste trabalho atua como perito criminal no LINF desde 2017, o que possibilita observação direta e vivência das dinâmicas, desafios e impactos psicológicos enfrentados por esta categoria profissional específica.

A escolha pela não aplicação de questionários estruturados justifica-se por três razões principais. Primeiro, o reduzido número de peritos que compõem o LINF, atualmente dez profissionais, tornaria qualquer tentativa de levantamento quantitativo estatisticamente inviável, uma vez que não se alcançaria amostra representativa com margem de erro e nível de confiança adequados. Segundo questões de privacidade e confidencialidade tornam-se particularmente sensíveis em grupos tão pequenos, onde a identificação individual, mesmo em questionários

anônimos, seria praticamente inevitável, potencialmente inibindo respostas francas sobre temas delicados relacionados à saúde mental. Terceiro, experiências institucionais anteriores demonstram baixa aderência a pesquisas deste tipo quando aplicadas em equipes reduzidas, especialmente quando abordam temas sensíveis que podem gerar receio de consequências profissionais e pessoais.

A observação participante, reconhecida metodologicamente como instrumento legítimo em pesquisas qualitativas (FLICK, 2009), permite captar nuances, comportamentos e manifestações que dificilmente seriam acessíveis através de questionários estruturados. Esta inserção, embora demande reflexividade crítica para mitigar vieses pessoais, enriquece substancialmente a compreensão dos fenômenos estudados e possibilita interpretação mais contextualizada da literatura à luz da realidade do LINF.

A coleta de dados bibliográficos foi realizada através de consultas às principais bases de dados científicas nacionais e internacionais, incluindo PubMed, SciELO (Scientific Electronic Library Online) e periódicos especializados em segurança pública, psicologia ocupacional e ciências forenses. Os critérios de inclusão para seleção dos estudos abrangeram: pesquisas empíricas ou teóricas publicadas preferencialmente nos últimos quinze anos (2009-2024), embora estudos seminais anteriores a este período tenham sido incluídos quando sua relevância teórica justificasse.

A análise dos dados seguiu abordagem temática, método amplamente utilizado em pesquisas qualitativas para identificar, analisar e relatar padrões (temas) em dados qualitativos. Os temas identificados incluem: manifestações psicológicas em peritos expostos a evidências digitais perturbadoras; *burnout* e estresse ocupacional para além da simples exposição ao conteúdo; papel determinante dos fatores organizacionais no bem-estar dos profissionais; lacunas nas políticas institucionais e barreiras culturais à busca por ajuda; e particularidades do contexto brasileiro.

Reconhece-se que a metodologia adotada apresenta limitações inerentes. No entanto, essas limitações não invalidam a relevância do estudo. A triangulação entre achados de Campos (2024), literatura internacional e observação participante fortalece a compreensão do fenômeno, contextualiza a realidade brasileira e fornece fundamentação para políticas institucionais e futuras pesquisas empíricas específicas sobre peritos de evidências digitais.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A análise sistemática da literatura científica revelou um conjunto consistente e robusto de achados sobre os impactos psicológicos da exposição a evidências digitais de crimes em profissionais forenses.

#### **4.1 Manifestações Psicológicas em Peritos Expostos a Evidências Digitais Perturbadoras**

Os estudos revisados documentam consistentemente uma ampla gama de manifestações psicológicas adversas em profissionais expostos a evidências digitais de crimes, particularmente aqueles que trabalham com material de abuso sexual infantil e violência extrema. Estas manifestações englobam sintomas que se alinham com critérios diagnósticos para transtornos mentais reconhecidos, bem como impactos mais sutis que, embora possam não atingir limiar clínico, comprometem significativamente a qualidade de vida e o bem-estar dos profissionais.

Krause (2009) identificou que investigadores de crimes de pornografia infantil apresentam riscos elevados para desenvolvimento de sintomas comparáveis ao Transtorno de Estresse Pós-Traumático, como pesadelos perturbadores e a evitação comportamental, que pode incluir relutância em assistir determinados tipos de filmes ou programas televisivos, desconforto em locais públicos frequentados por crianças, e até mesmo dificuldades em participar de eventos familiares onde crianças estejam presentes. Esta evitação, embora compreensível como tentativa de proteção psicológica, pode levar a isolamento social progressivo e comprometer relações interpessoais importantes.

Strickland et al. (2023) capturaram de forma particularmente eloquente a permanência irreversível das imagens na memória dos profissionais através da frase "você não pode desver o lado sombrio da vida". Os analistas forenses entrevistados descreveram como certas imagens ficam gravadas de forma indelével em suas mentes, representando conhecimento que não pode ser "desconhecido". Esta permanência foi associada a mudanças na visão de mundo, com profissionais relatando perda de inocência e desenvolvimento de perspectiva mais cínica sobre a natureza humana.

Particularmente preocupante é o impacto nas relações familiares e na capacidade de interagir naturalmente com crianças. Whelpton (2012) documentou que diversos profissionais desenvolveram hipervigilância em relação à segurança infantil, manifestando-se como ansiedade excessiva sobre o bem-estar de seus próprios filhos ou sobrinhos. Alguns participantes relataram

dificuldades em permitir que seus filhos participassem de atividades normais da infância, como acampamentos ou festas de pijama, devido ao conhecimento adquirido através de seu trabalho sobre riscos potenciais.

Gewirtz-Meydan et al. (2023) introduziram dimensão adicional ao identificar sintomas de estresse pós-traumático sexual em investigadores de material de abuso sexual infantil, incluindo dificuldades sexuais, alterações no desejo e desconforto com expressões de intimidade.

Alterações no humor e na cognição também foram consistentemente identificadas. Profissionais relatam sentimentos persistentes de tristeza relacionada ao sofrimento das vítimas, raiva direcionada aos perpetradores, e frustração com limitações percebidas do sistema de justiça. Estas respostas emocionais, embora compreensíveis, podem evoluir para estados afetivos crônicos que comprometem o bem-estar psicológico. Adicionalmente, alguns profissionais desenvolvem cognições negativas sobre si mesmos, questionando sua própria humanidade diante da necessidade de desenvolver mecanismos de distanciamento emocional para continuar funcionando profissionalmente.

A literatura também documenta impactos físicos que frequentemente acompanham os sintomas psicológicos. Profissionais relatam perturbações do sono, incluindo insônia e pesadelos recorrentes, alterações no apetite, fadiga crônica, cefaleias tensionais e outros sintomas somáticos. Estes sintomas físicos, embora secundários aos impactos psicológicos, contribuem para comprometimento adicional da qualidade de vida e podem exacerbar dificuldades psicológicas em ciclo de retroalimentação negativa.

Importante destacar que a literatura indica considerável variabilidade individual na susceptibilidade e nas manifestações dos impactos psicológicos. Enquanto alguns profissionais desenvolvem sintomas significativos mesmo com exposição relativamente limitada, outros demonstram maior resiliência mesmo diante de exposição extensa. Esta variabilidade sugere que fatores individuais, incluindo características de personalidade, estratégias de enfrentamento, histórico pessoal e redes de suporte social, influenciam como os profissionais experienciam e respondem aos estressores ocupacionais.

#### **4.2 *Burnout* e Estresse Ocupacional: Além da Exposição ao Conteúdo**

Embora a exposição a conteúdo perturbador constitua estressor ocupacional significativo, a literatura demonstra que o *burnout* em investigadores forenses digitais resulta de configuração mais complexa de fatores. O *burnout* emerge não apenas da natureza do material visualizado, mas também de aspectos organizacionais e estruturais do trabalho.

Perez et al. (2010) identificaram níveis substanciais de *burnout* em investigadores, com particular elevação nas dimensões de exaustão emocional e cinismo. Significativamente, o estudo revelou que o *burnout* correlacionava-se não apenas com volume de exposição ao material perturbador, mas também com fatores como carga de trabalho excessiva, pressão para processar casos rapidamente, falta de reconhecimento institucional e limitações de recursos técnicos. Esta constatação sugere que intervenções focadas exclusivamente em reduzir exposição ao conteúdo podem ser insuficientes se não abordarem também condições organizacionais mais amplas.

A exaustão emocional, primeira dimensão do *burnout*, manifesta-se como sensação de esgotamento de recursos emocionais, onde os profissionais sentem-se drenados pela demanda constante de processar material emocionalmente carregado. Tehrani (2018) demonstrou que esta exaustão se relaciona significativamente com percepções de capacidade de trabalho, sugerindo que profissionais que se sentem sobrecarregados e sem recursos adequados para lidar com as demandas de seu trabalho são particularmente vulneráveis ao desenvolvimento de exaustão emocional.

A despersonalização ou cinismo, segunda dimensão do *burnout*, caracteriza-se por desenvolvimento de atitudes negativas e distanciadas em relação ao trabalho e, no caso de profissionais forenses, pode manifestar-se como insensibilidade em relação às vítimas dos crimes investigados. Paradoxalmente, este distanciamento frequentemente representa tentativa de autoproteção psicológica, mas pode levar a questionamentos sobre a própria humanidade e valores profissionais.

A redução da realização profissional, terceira dimensão do *burnout*, refere-se a sentimentos de incompetência e falta de realização no trabalho. No contexto dos investigadores forenses digitais, esta dimensão pode ser exacerbada por frustração com limitações do sistema de justiça, percepção de que o volume de crimes excede dramaticamente a capacidade de resposta, e falta de *feedback* positivo sobre resultados de investigações. Mitchell et al. (2023) identificaram que profissionais que percebiam seu trabalho como significativo e que recebiam reconhecimento por suas contribuições apresentavam menores níveis nesta dimensão do *burnout*.

Duran e Woodhams (2022) contribuíram ao demonstrar que profissionais em funções analíticas e investigativas secundárias, frequentemente esquecidos em discussões sobre trauma ocupacional, enfrentam desafios únicos relacionados à imersão completa e prolongada nos detalhes de ofensas graves. Diferentemente de profissionais que têm contato mais pontual com cenas de crime, analistas forenses passam horas, dias ou até semanas imersos em detalhes de casos específicos, o que pode intensificar o risco de exaustão emocional e desenvolvimento de sintomas de trauma vicário.

A literatura também identifica correlação preocupante entre *burnout* e intenções de abandonar a carreira. Perez et al. (2010) documentaram que profissionais com níveis mais elevados de *burnout* expressavam maior probabilidade de considerar deixar suas posições, representando não apenas problema de bem-estar individual mas também questão de retenção de pessoal qualificado para as instituições.

Importante destacar que o *burnout* não é condição estática, mas processo dinâmico que pode agravar-se ao longo do tempo na ausência de intervenções adequadas. Profissionais podem entrar em espirais descendentes onde sintomas iniciais de exaustão emocional levam a redução de engajamento e satisfação profissional, que por sua vez aumentam vulnerabilidade a sintomas mais graves.

#### **4.3 O Papel Determinante dos Fatores Organizacionais**

Mitchell et al. (2023) identificaram que fatores organizacionais como qualidade do suporte gerencial, autonomia no trabalho, controle sobre carga de casos, disponibilidade de programas de bem-estar e cultura organizacional que valoriza saúde mental eram preditores mais robustos de bem-estar do que medidas diretas de exposição ao material. Profissionais que trabalhavam em ambientes organizacionais de apoio, onde tinham voz nas decisões que afetavam seu trabalho e onde suporte psicológico era normalizado, apresentavam melhores indicadores de saúde mental independentemente do volume de material perturbador ao qual eram expostos.

A autonomia no trabalho emerge como fator protetor particularmente importante. Profissionais que percebiam ter controle sobre aspectos de seu trabalho - incluindo capacidade de fazer pausas quando necessário, escolher ordem de análise de casos, e ter voz em decisões sobre carga de trabalho - demonstravam maior bem-estar psicológico. Esta autonomia parece funcionar

tanto permitindo aos profissionais regularem sua própria exposição de maneiras que consideram gerenciáveis, quanto promovendo senso de agência que pode mitigar sentimentos de impotência frequentemente associados a trabalho com material traumático.

O suporte organizacional, conceitualizado como percepção pelos profissionais de que a instituição valoriza suas contribuições e cuida de seu bem-estar, também demonstrou ser preditor significativo de saúde mental. Perez et al. (2010) identificaram que profissionais que percebiam suporte organizacional robusto apresentavam níveis significativamente menores de estresse traumático secundário e *burnout*. Este suporte pode manifestar-se através de múltiplas vias, incluindo acesso a recursos psicológicos, reconhecimento pelo trabalho realizado, flexibilidade em acomodar necessidades individuais, e cultura que legitima discussões sobre desafios emocionais do trabalho.

Tehrani (2018) introduziu conceito de capacidade de trabalho (*workability*) como mediador importante entre demandas ocupacionais e bem-estar psicológico. Profissionais que percebiam ter recursos adequados - incluindo tempo suficiente, ferramentas técnicas apropriadas, treinamento adequado e suporte de colegas e supervisores - para lidar com as demandas de seu trabalho demonstravam maior capacidade de trabalho e, conseqüentemente, melhores desfechos de saúde mental. Esta constatação sugere que investimentos em recursos e infraestrutura organizacional podem ter efeitos protetores significativos.

Redmond et al. (2023) identificaram, através de entrevistas com profissionais experientes, práticas organizacionais específicas que eram percebidas como protetoras. Estas incluem: trabalho em equipe e possibilidade de compartilhar carga emocional com colegas; supervisão sensível e empática que reconhece desafios emocionais do trabalho; oportunidades regulares para *debriefing* após exposição a casos particularmente perturbadores; rotação entre diferentes tipos de casos ou atividades; e ambiente que normaliza discussões sobre impactos emocionais sem medo de consequências profissionais negativas.

Wescott et al. (2022) documentaram lacunas consideráveis nas práticas de bem-estar entre forças-tarefa de crimes contra crianças nos Estados Unidos, com aproximadamente metade dos respondentes relatando necessidade de mais recursos. Entre as insuficiências identificadas estavam ausência de protocolos padronizados de rotação, falta de acesso a suporte psicológico especializado, insuficiência de treinamento preparatório e falta de educação sobre sinais de estresse traumático secundário. Significativamente, agências que haviam implementado programas

estruturados de bem-estar apresentavam menores taxas de rotatividade e maiores níveis de satisfação profissional, fornecendo evidência da viabilidade e efetividade de tais programas.

A cultura organizacional relacionada à saúde mental emerge como fator transversal que influencia múltiplas dimensões do bem-estar. Organizações que cultivam cultura onde buscar apoio psicológico é normalizado, onde vulnerabilidade emocional não é equacionada a fraqueza profissional, e onde saúde mental é valorizada como componente essencial da efetividade operacional, criam ambiente mais protetivo para seus profissionais. Por outro lado, culturas que estigmatizam saúde mental ou que implicitamente exigem invulnerabilidade emocional podem amplificar riscos e impedir que profissionais busquem ajuda necessária.

#### **4.4 Lacunas nas Políticas Institucionais e Barreiras Culturais**

Apesar do crescente reconhecimento científico dos riscos ocupacionais enfrentados por investigadores forenses digitais, a literatura documenta lacunas consideráveis nas políticas institucionais de proteção e nas práticas de promoção de saúde mental. Estas lacunas são exacerbadas por barreiras culturais profundamente enraizadas nas forças de segurança pública que dificultam busca por ajuda psicológica e implementação de intervenções efetivas.

Edwards e Kotera (2021a) conduziram investigação reveladora sobre estigma relacionado à saúde mental na força policial britânica, identificando que cultura organizacional caracterizada por valorização de força, resiliência e invulnerabilidade cria ambiente onde admitir dificuldades psicológicas é percebido como sinal de fraqueza. Este estigma opera em múltiplos níveis. No nível individual, profissionais podem internalizar crenças de que buscar ajuda psicológica representa fraqueza pessoal, levando a auto-estigmatização que impede reconhecimento de próprias necessidades. No nível interpessoal, temores sobre como colegas e supervisores reagirão a revelações sobre dificuldades de saúde mental criam barreiras à busca por suporte. No nível organizacional, políticas e práticas institucionais podem, mesmo inadvertidamente, reforçar estigma através de procedimentos que parecem punitivos ou que carecem de garantias adequadas de confidencialidade.

Particularmente problemático é fenômeno que Edwards e Kotera (2021b) denominam "masculinidade tóxica" institucionalizada, onde normas tradicionais de gênero são reforçadas pela cultura organizacional. Dado que homens constituem maioria nas forças de segurança, estas

normas tornam especialmente difícil para profissionais masculinos expressar vulnerabilidade emocional ou admitir estar lutando com impactos psicológicos de seu trabalho. Esta dinâmica pode explicar por que muitos profissionais evitam buscar ajuda mesmo quando serviços estão disponíveis, o que pode resultar em crises de saúde mental evitáveis.

Wescott et al. (2022) identificaram lacunas específicas nas práticas institucionais. Aproximadamente metade das agências investigadas careciam de protocolos formais de bem-estar para pessoal exposto a material de abuso sexual infantil. Entre as deficiências mais comuns estavam: ausência de treinamento preparatório antes da primeira exposição ao material; falta de *debriefing* regular ou sessões de processamento psicológico; insuficiência de acesso a profissionais de saúde mental com expertise em trauma ocupacional; ausência de políticas claras sobre rotação de funções ou limites de exposição; e falta de educação sobre sinais de alerta de estresse traumático secundário e *burnout*.

Redmond et al. (2023) observaram que profissionais frequentemente reconhecem necessidade de pausas e rotação, mas evitam solicitá-las por temerem ser percebidos como não suficientemente resilientes. Esta dinâmica sugere que políticas formais de rotação, implementadas proativamente pela organização em vez de dependerem de requisições individuais, podem ser mais efetivas. Políticas que normalizam rotação como prática padrão, em vez de exceção solicitada apenas por aqueles "que não conseguem lidar", podem mitigar estigma associado.

#### **4.5 O Contexto Brasileiro e a Realidade da Polícia Científica de Goiás**

Especificamente em relação à PCI-GO, embora não existam dados empíricos publicados sobre saúde mental dos peritos do LINF, a experiência profissional deste autor sugere relevância dos achados da literatura para este contexto. Os peritos goianos enfrentam exposição rotineira a material perturbador similar ao descrito na literatura internacional, incluindo casos de abuso sexual infantil, violência extrema e outros crimes graves.

Os achados de Campos (2024) sobre a saúde mental dos servidores da PCI-GO fornecem contexto empírico brasileiro fundamental para compreensão dos desafios enfrentados pelos peritos do LINF. A elevada prevalência de transtornos mentais identificada na PCI-GO (22,7% para ansiedade, 9,8% para depressão, 8,3% histórico de TEPT), combinada com evidências de que fatores organizacionais, particularmente falta de reconhecimento (33,3% citam como principal

desmotivação), apoio psicológico inadequado (47% insatisfeitos) e condições de trabalho deficientes, são determinantes significativos do bem-estar psicológico, converge com os achados da literatura internacional e reforça a necessidade urgente de políticas institucionais específicas para proteção dos profissionais que trabalham com evidências criminais perturbadoras.

## **5. PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO**

Com base nos achados sistematizados na revisão da literatura e na discussão dos resultados, esta seção apresenta propostas concretas de intervenção para proteção e promoção da saúde mental dos peritos criminais do LINF da PCI-GO. Reconhece-se que implementação efetiva destas propostas requer comprometimento institucional e alocação adequada de recursos.

### **5.1 Políticas institucionais de proteção à saúde mental**

A criação de um programa de bem-estar estruturado e formalizado para os peritos do LINF é uma intervenção fundamental. A ideia central é que esse programa inclua avaliações psicológicas periódicas, conduzidas por especialistas em trauma e com garantia total de confidencialidade, para que sejam vistas como suporte, e não como vigilância. Além disso, o programa deve estabelecer protocolos formais de rotação de atividades, tornando-os uma prática padrão para evitar o estigma de quem "não aguenta" a exposição contínua. Outras intervenções práticas, como a definição de limites diários de exposição ao material mais perturbador, algo a ser definido em consulta com os próprios peritos, e a criação de pausas obrigatórias após casos muito intensos, legitimando a necessidade de se afastar. É importante ainda a existência de um espaço físico dedicado à desconpressão, um local tranquilo onde os peritos possam fazer pausas longe das estações de trabalho.

### **5.2 Suporte psicológico especializado e acessível**

Disponibilização de suporte psicológico especializado representa componente central de qualquer programa abrangente de bem-estar. É essencial que este suporte seja fornecido por profissionais de saúde mental com formação e experiência específicas em trauma ocupacional,

trauma vicário e estresse em contextos de segurança pública. Psicólogos sem este conhecimento especializado podem não compreender adequadamente as particularidades dos desafios enfrentados pelos peritos. A implementação de sessões regulares de *debriefing* psicológico após exposição a casos particularmente graves ou perturbadores é recomendada. O foco deve estar em processar impactos emocionais.

A constatação de que 47,0% dos servidores da PCI-GO avaliam como péssimo ou ruim o apoio emocional e psicológico institucional evidencia lacuna crítica que demanda ação imediata (CAMPOS, 2024). Esta insatisfação generalizada, combinada com prevalências elevadas de transtornos mentais (22,7% para ansiedade, 9,8% para depressão), demonstra que a disponibilização de suporte psicológico especializado não constitui mero benefício adicional, mas necessidade institucional urgente para preservação da saúde dos profissionais e, consequentemente, da efetividade das investigações.

### **5.3 Capacitação e preparação profissional**

Educação continuada sobre saúde mental para todos os peritos, independentemente do tempo de serviço, é recomendada. *Workshops* regulares sobre tópicos como reconhecimento de sinais de alerta de estresse ocupacional, estratégias de regulação emocional, técnicas de *mindfulness* e autocuidado, e atualização sobre recursos de suporte disponíveis podem manter saúde mental em primeiro plano da consciência profissional e facilitar intervenções precoces.

Desenvolvimento de estratégias de enfrentamento (*coping*) saudáveis deve ser componente integral da capacitação. Isto pode incluir treinamento em técnicas de relaxamento, respiração diafragmática, *mindfulness*, exercícios físicos regulares, manutenção de hobbies e interesses fora do trabalho, e cultivo de relações sociais de suporte.

Capacitação de gestores em reconhecimento de sinais de estresse em suas equipes e em formas de oferecer suporte sensível é igualmente importante. Lideranças desempenham papel crítico em criar ambiente de apoio e em facilitar acesso a recursos. Gestores devem ser capacitados para iniciar conversas sobre bem-estar de forma não ameaçadora, reconhecer quando membros da equipe podem estar lutando, e fazer encaminhamentos apropriados para recursos de suporte.

### **5.4 Medidas organizacionais e gestão de recursos humanos**

Promoção de maior autonomia e controle sobre aspectos do trabalho representa intervenção organizacional com forte fundamento empírico. Isto pode incluir permitir aos peritos alguma escolha sobre ordem de análise de casos e voz em decisões sobre distribuição de carga de trabalho. Embora limitações práticas possam restringir extensão da autonomia possível, mesmo incrementos modestos podem ter efeitos protetores significativos.

Reconhecimento institucional do trabalho realizado pelos peritos é essencial. Este reconhecimento pode manifestar-se de múltiplas formas: feedback positivo regular, reconhecimento público de contribuições, oportunidades de desenvolvimento profissional, e inclusão dos peritos em processos decisórios relacionados ao funcionamento do laboratório.

No contexto da PCI-GO, o reconhecimento e a valorização profissional foram identificados como o principal fator de desmotivação, citado por 33,3% dos participantes, com apenas 30,8% dos servidores sentindo-se valorizados pela instituição (CAMPOS, 2024). Esta falta de reconhecimento não apenas compromete a satisfação profissional, mas, conforme demonstrado por Mitchell et al. (2023), constitui fator de risco para desenvolvimento de burnout e intenções de abandono da carreira.

Estabelecimento de políticas claras sobre possibilidade de transferência temporária ou permanente para outras funções quando profissionais experienciam dificuldades significativas com saúde mental também é importante. Esta possibilidade deve ser apresentada como opção legítima que não implica falha profissional.

Implementação de rodízio estruturado entre atividades de maior e menor exposição também constitui estratégia de gestão de recursos humanos prudente. Peritos poderiam alternar entre períodos focados em análise de evidências digitais e períodos dedicados a outras atividades técnicas do laboratório, pesquisa, treinamento ou desenvolvimento de procedimentos. Este rodízio pode oferecer oportunidades de recuperação psicológica sem remover completamente profissionais de funções onde desenvolveram expertise.

A revisão de cargas de trabalho e expectativas de produtividade à luz do reconhecimento dos custos emocionais do trabalho é essencial. Expectativas que priorizam quantidade sobre qualidade, ou que ignoram necessidade de pausas e recuperação emocional, podem exacerbar riscos para saúde mental.

## **5.5 Mudança Cultural e Combate ao Estigma**

Talvez a intervenção mais fundamental, embora possivelmente mais desafiadora de implementar, refere-se à transformação da cultura organizacional em relação à saúde mental. O estigma identificado na literatura como barreira significativa à busca por ajuda requer abordagem multifacetada para sua mitigação.

Campanhas de conscientização regulares sobre saúde mental, utilizando múltiplos canais de comunicação, podem ajudar normalizar discussões sobre bem-estar psicológico. Estas campanhas devem educar sobre prevalência de desafios de saúde mental, sinais de alerta, recursos disponíveis, e importância de buscar ajuda precocemente. A desmistificação da noção de que buscar ajuda psicológica equivale a fraqueza ou inadequação profissional requer mensagens consistentes e repetidas.

A institucionalização do bem-estar como um componente intrínseco à rotina laboral, em detrimento de abordagens que o tratam como um benefício opcional, pode normalizar autocuidado. Isto pode incluir incorporação de check-ins sobre bem-estar em reuniões regulares, celebração de práticas saudáveis de autocuidado, e reconhecimento de que cuidar da própria saúde mental é parte essencial de ser profissional efetivo.

Finalmente, garantir que políticas e práticas institucionais sejam consistentes com valores proclamados sobre saúde mental é essencial. Inconsistências, como promover importância de saúde mental enquanto penaliza implicitamente profissionais que buscam ajuda, minarão rapidamente confiança e perpetuarão estigma. Alinhamento entre valores, políticas e práticas reais é fundamental para transformação cultural sustentável.

Reconhece-se que implementação plena destas propostas requer comprometimento significativo de recursos e vontade institucional para mudanças. Contudo, os custos de inação, em termos de sofrimento humano e potencial comprometimento da qualidade do trabalho, justificam investimentos necessários.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente pesquisa propôs-se a analisar os impactos da exposição rotineira a evidências digitais de crimes na saúde mental dos peritos criminais do LINF. O estudo identificou padrões

consistentes e robustos que evidenciam que profissionais forenses digitais enfrentam riscos ocupacionais significativos para seu bem-estar psicológico.

A análise evidenciou que os peritos digitais enfrentam riscos psicológicos relevantes, principalmente pela exposição constante a imagens e conteúdos profundamente perturbadores, em especial casos de abuso infantil e violência extrema. Esse contato repetido tende a provocar desgaste emocional progressivo, que pode evoluir para estresse traumático secundário e, em situações mais graves, para o *burnout*.

De modo geral, os estudos disponíveis apontam que tais efeitos não se restringem ao contexto local. Trata-se de um fenômeno recorrente em diferentes países e instituições, o que reforça sua dimensão global. A superação desse quadro demanda mais do que resiliência individual: requer mudanças institucionais que priorizem políticas permanentes de cuidado psicológico e de promoção de bem-estar no trabalho. Uma das contribuições centrais desta pesquisa refere-se ao desenvolvimento de propostas concretas de intervenção fundamentadas em evidências científicas. Estas propostas abrangem múltiplas dimensões: políticas institucionais formais de proteção à saúde mental; disponibilização de suporte psicológico especializado e acessível; capacitação e preparação profissional; medidas organizacionais de gestão de recursos humanos; e transformação cultural para combate ao estigma.

Os achados de Campos (2024) sobre a saúde mental dos servidores da PCI-GO fornecem contexto empírico brasileiro fundamental para compreensão dos desafios enfrentados pelos peritos do LINF. A elevada prevalência de transtornos mentais identificada (22,7% para ansiedade, 9,8% para depressão, 8,3% histórico de TEPT), combinada com evidências de que fatores organizacionais, particularmente falta de reconhecimento (33,3% citam como principal desmotivação), apoio psicológico inadequado (47% insatisfeitos) e condições de trabalho deficientes, são determinantes significativos do bem-estar psicológico, converge com os achados da literatura internacional e reforça a necessidade urgente de políticas institucionais específicas para proteção dos profissionais que trabalham com evidências criminais perturbadoras.

A reflexão final que emerge deste estudo refere-se ao imperativo ético e estratégico de cuidar daqueles que cuidam da sociedade através de seu trabalho investigativo. Cuidar da saúde mental dos peritos não é ato de caridade ou luxo dispensável, mas investimento fundamental em pessoas que dedicam suas carreiras a uma das dimensões mais desafiadoras do trabalho de segurança pública.

## REFERÊNCIAS

CAMPOS, Joara de Paula. Vida após a morte: trabalho e saúde dos servidores da Polícia Técnico-Científica de Goiás. 2024. 163 f. Tese (Doutorado em Direitos Humanos) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2024.

DURAN, Fazeelat; WOODHAMS, Jessica. Impact of traumatic material on professionals in analytical and secondary investigative roles working in criminal justice settings: a qualitative approach. *Journal of Police and Criminal Psychology*, v. 37, p. 904-917, 2022.

EDWARDS, Ann-Marie; KOTERA, Yasuhiro. The lived experiences of UK digital forensic analysts investigating online child sexual abuse. *Forensic Science International: Digital Investigation*, v. 38, 301238, 2021a.

EDWARDS, Ann-Marie; KOTERA, Yasuhiro. Mental health stigma in the police force: a qualitative study. *International Journal of Mental Health and Addiction*, v. 19, n. 6, p. 2116-2138, 2021b.

FIGLEY, Charles R. Compassion fatigue: coping with secondary traumatic stress disorder in those who treat the traumatized. New York: Brunner/Mazel, 1995.

GEWIRTZ-MEYDAN, Ateret; MITCHELL, Kimberly J.; O'BRIEN, Jennifer E. Sexual posttraumatic stress among investigators of child sexual abuse material. *Policing: A Journal of Policy and Practice*, v. 17, p. 1-14, 2023.

KRAUSE, Meredith. Identifying and managing stress in child pornography and child exploitation investigators. *Journal of Police and Criminal Psychology*, v. 24, p. 22-29, 2009.

MITCHELL, Kimberly J. et al. Mental health and subjective well-being among investigators and forensic examiners who examine child sexual abuse material. *Child Abuse & Neglect*, v. 137, 106042, 2023.

MITCHELL, Kimberly J. et al. The mental health of officials who regularly examine child sexual abuse material: strategies for harm mitigation. *BMC Psychiatry*, v. 23, n. 940, 2023.

PEREZ, Lisa M. et al. Secondary traumatic stress and burnout among law enforcement investigators exposed to disturbing media images. *Journal of Police and Criminal Psychology*, v. 25, p. 113-124, 2010.

REDMOND, Theresa et al. How we can protect the protectors: learning from police officers and staff involved in child sexual abuse and exploitation investigations. *Frontiers in Psychology*, v. 14, p. 1-15, 2023.

STRICKLAND, Clare; KLOESS, Juliane A.; LARKIN, Michael. An exploration of the personal experiences of digital forensics analysts who work with child sexual abuse material on a daily basis: you cannot unsee the darker side of life. *Frontiers in Psychology*, v. 14, p. 1-18, 2023.

TEHRANI, Noreen et al. Factors that influence the mental health and wellbeing of child abuse investigators. *Child Abuse Review*, v. 27, n. 6, p. 409-421, 2018.

WESCOTT, Helen et al. Wellness practices and policies among internet crimes against children task force and affiliated agencies. *Journal of Police and Criminal Psychology*, v. 37, n. 4, p. 891-905, 2022.

WHELPTON, Juliette. The psychological effects experienced by computer forensic examiners working with child pornography. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – University of South Africa, Pretoria, 2012.